

3 História da Espiritualidade Cristã

3.1 O início do Cristianismo

O Cristianismo é apontado como uma das primeiras grandes revoluções que transformou radicalmente muitas sociedades e, conseqüentemente, o mundo. Os documentos fundamentais da mensagem cristã estão contidos no Novo Testamento, baseado no relato dos apóstolos sobre a vida, ensinamentos e testemunho de Jesus Cristo. Nesses textos, encontramos a vida espiritual dos apóstolos e dos discípulos. É a partir desses relatos que os primeiros cristãos baseavam sua vida, comportamento e missão no mundo.

Para a maioria dos historiadores e sociólogos do século XX, em seus primeiros dias, o Cristianismo foi um movimento dos despossuídos (escravos de Roma, escravos emancipados e massas empobrecidas), ou seja, pessoas arregimentadas das camadas mais baixas da sociedade, povos subjugados por Roma ou dispersos em seu território. Para outros, como Stark (2006), o Cristianismo foi inicialmente um movimento de indivíduos relativamente privilegiados, com pessoas das classes médias e altas, com membros, amigos e progenitores em altos escalões dentro da família imperial, o que, para o autor, teria mitigado consideravelmente a repressão e a perseguição aos cristãos nos primeiros séculos.

Nos relatos bíblicos e nos documentos mais antigos da Igreja, o que se percebe é a presença de todo tipo de pessoas no Cristianismo nascente, não sendo possível identificar se a maioria era pertencente a uma determinada classe social ou a outra. O fato é que o Evangelho era anunciado a todos, ricos, pobres, escravos, autoridades, judeus, pagãos; ele reunia pessoas diversas, cujo único ponto comum era a crença no testemunho de fé dos apóstolos, que anunciavam o Cristo morto e ressuscitado. Ao contrário do judaísmo, não havia um pré-requisito social ou étnico para aderir à nova religião.

Nos três primeiros séculos, a espiritualidade cristã concentrou-se sobre a cruz, mas uma cruz gloriosa que vence a morte. O martírio era considerado como modelo de perfeição, tanto que o culto aos mártires passou a ser uma das manifestações mais importantes e significativas da piedade cristã. A virgindade e

o culto à pureza eram pontos também importantes da nova doutrina que emergia. Os voluntários surgiam na Igreja e, mesmo vivendo nas suas famílias e participando das rotinas sociais, se destacavam dos outros pela “profissão de castidade, pela conduta exemplar, pelo zelo nas práticas do culto e no exercício da caridade” (Ancilli, 2012, p. 901). A oração e a penitência eram também traços característicos e essenciais da vida cristã. Desde os primeiros tempos, já havia o costume de jejuar e fazer penitência para expiação dos pecados.

Na origem: um pequeno grupo de discípulos em torno de Jesus, todos judeus, praticantes da Lei de Moisés, muito pouco instruídos. Por volta do século V: uma igreja grega e latina (ligeiramente semítica, com os cristãos siríacos); igrejas locais, no mundo inteiro, bem estruturadas em torno do bispo, reagrupadas em grandes patriarcados; uma liturgia desenvolvida, mosteiros de homens e de mulheres, eremitas, uma tradição teológica já rica, uma enorme literatura dogmática, exegética, histórica, espiritual (Meunier, 2005, p. 13).

Os cristãos creem que na manhã do terceiro dia após a crucificação, Jesus ressurgiu dos mortos e durante os quarenta dias subsequentes apareceu diversas vezes a alguns grupos de seguidores. Para a Igreja Católica, o Cristianismo nasce em Pentecostes¹⁰, após os apóstolos iniciarem, pela primeira vez, o anúncio da boa nova que está na ressurreição de Cristo, o Messias anunciado por todos os profetas, e no novo modo de viver baseado no Evangelho de Cristo. A partir da crença da ressurreição que, de fato, os apóstolos passaram a constituir algo mais que uma nova seita judaica.

Embora tenha levado tempo para que o fato adquirisse pleno reconhecimento (em parte por causa da enorme diversidade do Judaísmo naquela época), a partir da ressurreição os cristãos tornaram-se membros de uma nova religião. A ruptura total entre a Igreja e a sinagoga levou séculos, embora as autoridades judaicas em Jerusalém desde cedo tenham rotulado os cristãos como heréticos apartados do seio da comunidade.

¹⁰ No Evangelho de São João (Jo 20, 19-24), há o relatado o dia de Pentecostes: “Chegada, pois, a tarde daquele dia, o primeiro da semana, e cerradas as portas onde os discípulos, com medo dos judeus, se tinham ajuntado, chegou Jesus, e pôs-se no meio, e disse-lhes: Paz seja convosco. E, dizendo isto, mostrou-lhes as suas mãos e o lado. De sorte que os discípulos se alegraram, vendo o Senhor. Disse-lhes, pois, Jesus outra vez: Paz seja convosco; assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós. E, havendo dito isto, assoprou sobre eles e disse-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados lhes são perdoados; e àqueles a quem os retiverdes lhes são retidos” (Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2008). A citação é utilizada pela Igreja como base fundamental para o surgimento dos carismas. Ela também é utilizada para marcar o início da ação evangelizadora dos apóstolos que, cheios do Espírito, partem para o anúncio ousado e destemido do Evangelho.

Até Pentecostes, os cristãos formavam um grupo não muito numeroso, provindo da Galiléia, que continuava a observar fielmente as prescrições judaicas. Posteriormente, alguns elementos culturais foram acrescentados: na manhã do dia que se segue o sábado, por exemplo, comemoram a ressurreição do Senhor, por uma liturgia de cunho sinagoga, terminando com uma Eucaristia, que reproduz a Última Ceia de Jesus com os discípulos antes da prisão. Mas o que distinguia este grupo dos demais não é o ritual, mas sim a crença de que o Messias veio na pessoa de Jesus.

No início, a teologia cristã foi baseada em um quadro de pensamento judeu, chamado de teologia judeu-cristã, já que, a princípio, todos os cristãos eram judeus que praticavam a Lei de Moisés e iam à sinagoga. O judeu-cristianismo perdurou durante alguns séculos, inclusive com igrejas separadas, as chamadas Igrejas da Circuncisão. Estes novos cristãos de origem judaica integraram o ensinamento do Cristianismo, mas permaneceram fiéis à observância da Lei de Moisés. A Igreja dirigia também as pregações aos não-cristãos, principalmente após a conversão de São Paulo, considerado o apóstolo dos gentios. A missão cristã, depois de Paulo, se estendeu cada vez mais aos pagãos, que começaram a aderir à nova fé, dissociada da prática da Lei. Tanto que no início do século II, o centro de gravidade do Cristianismo se deslocou: os cristãos de origem pagã, ou gentios, eram mais numerosos do que os cristãos de origem judaica.

As primeiras perseguições surgiram por parte dos judeus e eram principalmente contra os chefes das igrejas em Jerusalém. A oposição dos judeus aos cristãos cresceu à medida que a Igreja se desenvolvia. O relacionamento era tolerável enquanto os cristãos não colocavam em questão fundamentos essenciais da lei mosaica e observavam suas prescrições. Figueiredo (1990a) relata que, por volta dos anos 40 d.C., a perseguição dos judeus e do rei da Judéia, Herodes Agripa, levou os apóstolos a se dispersarem de Jerusalém, partindo para outras cidades onde passaram a anunciar o evangelho e agregar novos discípulos.

Após a diáspora¹¹, Stark (2006) relata que nos primeiros séculos, as comunidades judaicas e cristãs permaneceram intimamente ligadas (e até mesmo

¹¹ A Diáspora judaica refere-se a diversas expulsões forçadas dos judeus pelo mundo e da consequente formação das comunidades judaicas fora do que hoje é conhecido como Israel, partes do Líbano e Jordânia. Geralmente se atribui o início da primeira diáspora judaica ao ano de 586

mescladas), até a ruptura definitiva entre Igreja e Sinagoga, e que elas teriam vivido em harmonia até o século VII da era cristã. Só quando o Cristianismo começou a crescer e fundar igrejas e santuários é que teria havido, de fato, uma ruptura. Para o autor, o Cristianismo ofereceu duplamente mais continuidade cultural aos judeus helenizados (ou da diáspora) e aos pagãos, pois permitia que se preservasse muito do conteúdo religioso de ambas as culturas e se resolvessem as contradições existentes entre elas. Fato que pode ter tido influência direta de Paulo, que foi criado neste ambiente duplo da cultura judaica e greco-romana. O autor afirma que os judeus helenizados não eram apenas marginalizados socialmente, mas também relativamente mundanos, adaptados e seculares, características que teriam permitido a conversão ao Cristianismo.

Stark defende ainda a teoria de que os primeiros cristãos partiram para evangelização em comunidades de judeus helenizados. Em todos os centros mais importantes do império havia assentamentos significativos de judeus que viviam na diáspora. É quase certo que os primeiros missionários cristãos tivessem vínculos familiares e de amizade com pelo menos algumas das comunidades da diáspora. Para ele, os judeus da diáspora estavam nos lugares certos para proporcionar o suprimento necessário de convertidos, ou seja, nos centros urbanos, especialmente nas cidades da Ásia Menor e do Norte da África. Foi nesses locais que se encontraram não apenas as primeiras Igrejas, mas também, ao longo dos primeiros quatro séculos, as mais vigorosas comunidades cristãs.

Figueiredo (1990a) relata que nos primeiros tempos, os cristãos se reuniam em casas, pois não havia ainda propriamente um lugar de culto. Os símbolos da Eucaristia e do Batismo se ligavam à casa familiar. Mais tarde, algumas das primeiras basílicas terão sua origem nas casas familiares. No tempo do imperador Galieno (260-268), foram construídas algumas igrejas, denominadas casas onde

a.C., quando Nabucodonosor II — imperador babilônico — invadiu o Reino de Judá, destruindo Jerusalém e templo, e deportando os judeus para a Mesopotâmia. Com a conquista de Judá cerca de quarenta mil judeus foram deportados para a Babilônia, onde formaram comunidade e mantiveram suas práticas e costumes religiosos, associados a outros costumes herdados dos babilônios. Com a queda do poder babilônico e a ascensão do imperador persa Ciro I, este permitiu que algumas comunidades judaicas retornassem para a Judeia, mas a grande maioria da população judaica permaneceu na Babilônia, onde tinham uma sociedade constituída, do que retornar às vicissitudes da reconstrução de um país. A Segunda Diáspora aconteceu no ano 70 d.C. Os romanos destruíram Jerusalém, o que acarretou uma nova diáspora, fazendo os judeus irem para outros países da Ásia Menor, África ou sul da Europa.

os cristãos se reuniam para a prece, que rivalizavam com os templos pagãos. Para os primeiros cristãos, o essencial eram as pessoas, o aspecto espiritual, e não tanto o aspecto material, como o lugar onde deveriam se reunir. Ademais, eles queriam marcar com clareza a diferença da nova fé em relação ao culto aos deuses dos pagãos, adorados nos templos.

Diversos são os fatores apontados pelos historiadores para a expansão do Cristianismo nos primeiros séculos. A evangelização entre os judeus da diáspora e os pagãos, por si só, é apontada como um fator determinante para o rápido crescimento da nova religião. O Império Romano proporcionava certa liberdade religiosa, embora nem tudo fosse permitido. Apesar de os cristãos terem permanecido em descrédito formal e oficial por boa parte dos primeiros três séculos, eles desfrutavam de liberdade suficiente para fazer o que desejassem, em muitos lugares, a maior parte do tempo. Por mais terríveis que tenham sido as perseguições, elas eram pouco frequentes e envolviam um número reduzido de pessoas. Stark (2006) afirma que os cristãos devem ter enfrentado algum nível de estigma social, mas pouca repressão efetiva, já que as evidências arqueológicas mostram, segundo ele, que logo nos primórdios, as igrejas domésticas eram claramente identificáveis. Além disso, muitos cristãos passaram a usar nomes caracteristicamente cristãos e as inscrições funerárias com frequência também ostentavam identificações claramente cristãs. Segundo ele, a própria expansão evidencia que os cristãos não eram uma seita secreta.

O movimento cristão surgiu primeiramente como um movimento urbano. Neste período, as grandes cidades do Império Romano possuíam graves problemas, como péssimas condições higiênicas e sanitárias, o que favorecia a proliferação de doenças crônicas. Era alta a taxa de mortalidade nessas cidades, além do elevado grau de pessoas enfermas. Diante desse quadro, historiadores apontam o Cristianismo como um movimento de revitalização que surgiu em resposta à miséria, ao caos, ao medo e à brutalidade da vida no mundo urbano greco-romano, ao propor novas normas e novas modalidades de relacionamento capazes de fazer frente a graves problemas urbanos. Para Stark (2006), as epidemias fizeram naufragar a capacidade de explicação e de consolação do paganismo e das filosofias helenistas. “Em contrapartida, o Cristianismo oferecia uma explicação muito mais satisfatória sobre as razões pelas quais aqueles

terríveis tempos haviam-se abatido sobre a humanidade” (Stark, 2006, p.88). O Cristianismo delineava uma imagem esperançosa e até mesmo otimista em relação ao futuro.

Outra tese do autor aponta que, desde o início, os valores cristãos do amor e da caridade haviam sido traduzidos em normas de serviço social e de solidariedade comunitária. Quando as catástrofes se desencadearam, os cristãos estavam em melhores condições para enfrentá-las, o que resultou em taxas substancialmente mais altas de sobrevivência. Em cada epidemia, os cristãos compunham um percentual maior da população, mesmo sem o acréscimo de novos adeptos. Além disso, a alta taxa de sobrevivência era vista como milagre tanto pelos cristãos como pelos pagãos, fenômeno que deve ter influenciado na conversão de muitos. Os gestos de caridade dos cristãos, que prestavam assistência aos doentes das epidemias, teriam provocado a conversão de muitos pagãos. Ele relata ainda que os missionários cristãos eram calorosamente recebidos nessas cidades, por serem portadores “de uma nova cultura, capaz de tornar a vida mais suportável nas cidades Greco-romanas”.

Às cidades repletas por sem-teto e por pobres, o Cristianismo veio trazer caridade e esperança. Às cidades povoadas de forasteiros e de estrangeiros, o Cristianismo propiciou uma base para o estabelecimento de vínculos. A cidades cheias de órfãos e viúvas, o Cristianismo ofereceu um novo e ampliado senso de família. A cidades dilaceradas pelo virulento antagonismo étnico, o Cristianismo lançou novas bases para a solidariedade social. Por fim, a cidades que viviam a braços com epidemias, incêndios e terremotos, o Cristianismo proporcionou um efetivo serviço assistencial (Stark, 2006, p.180).

Outro ponto que influenciou o crescimento da religião cristã era o comportamento sexual e moral dos primeiros cristãos. Stark mostra que desde o início, a doutrina cristã proibia absolutamente o aborto, o infanticídio e quaisquer outros métodos contraceptivos, além da homossexualidade, pontos característicos e fortemente presentes nas culturas pagãs. Tais medidas de incentivo à natalidade e ao casamento permitiram o crescimento numérico dos cristãos, que possuíam taxas de natalidades bem maiores que as dos greco-romanos.

A economia religiosa greco-romana era pouco regulada e mantinha extenso pluralismo. Havia cerca de 10 a 15 deuses importantes, com templos em quase todos os lugares, cercados por vários outros deuses, muitos dos quais peculiares a determinados lugares. À medida que o Império Romano se expandia,

os deuses dos novos territórios conquistados se integravam a Roma e novos cultos religiosos se propagavam por meio dos migrantes, comerciantes, escravos, soldados.

É unanimidade entre os historiadores que o paganismo foi derrubado pelo Cristianismo e que a conversão do Imperador Constantino representou o golpe final. Porém, a decadência do paganismo teve início no século I, ganhando força no século III. O excessivo pluralismo religioso, com muitos cultos, muitos mistérios, muitas filosofias de vida a escolher, promovia certa relutância nas pessoas em aderir a qualquer culto. Mas o paganismo entra em colapso a partir do momento em que lhe tiram o suporte do Estado. Ele declinou rapidamente durante o século IV, quando o movimento cristão o substituiu como religião do Estado. Além da evasão de fiéis, o fluxo financeiro para os templos pagãos foi cessado pelo Império. Muitos autores sugerem ainda que na mesma época em que o Cristianismo surgiu, o mundo da Antiguidade tateava em direção ao monoteísmo, tendo sido inspirado pelo exemplo do judaísmo. À medida que as sociedades se tornavam mais antigas e mais cosmopolitas, elas tendiam a adorar menos deuses.

Além disso, o testemunho de radicalidade dos primeiros cristãos, em especial dos mártires, que com a própria vida demonstravam uma convicção religiosa que chamava atenção dos demais, foi outro fator que contribuiu para a conversão de muitos pagãos.

O Cristianismo não cresceu em decorrência de um milagre ocorrido no mercado (embora muito de milagre deva ter ocorrido), ou porque Constantino disse que devia, ou mesmo porque os mártires lhe conferiram credibilidade. Cresceu porque os cristãos constituíam uma intensa comunidade, capaz de gerar a “invencível obstinação” que tanto desagradava Plínio, o Moço, mas que resultou em imensas recompensas religiosas. E os meios fundamentais de seu crescimento foram os esforços conjuntos e motivados do crescente número de fiéis cristãos, que convidavam seus amigos, parentes e vizinhos para compartilhar a “boa nova. (Stark, 2006, p. 231).

Por fim, a ideia de que Deus ama aqueles que o amam e que se preocupa com o modo como as pessoas se tratam mutuamente era novidade para os pagãos, que tinham uma relação quase comercial e de interesse com seus deuses. Muitos acreditavam, inclusive, que eram os deuses quem promoviam os males aos humanos. Os filósofos clássicos consideravam a misericórdia e a piedade como sentimentos patológicos, defeitos de caráter que deveriam ser evitados por todos

os homens racionais, algo contrário à justiça. O Cristianismo trouxe essa novidade, com um Deus que prega o amor, o perdão e a misericórdia.

Como falamos anteriormente, no Império Romano havia certa liberdade religiosa, porém, era necessária a autorização para ser praticada. O judaísmo o era, já o Cristianismo não. A partir do momento em que a religião cristã se distingue claramente do Judaísmo, não goza mais da proteção jurídica de sua religião-mãe, os cristãos passam a sofrer as perseguições, entre o século I e IV, alternados por momentos de paz. Segundo Figueiredo (1998), as grandes perseguições são as de Sétimo Severo nos anos 202 e seguintes, a de Décio em 250, a de Diocleciano (a última) em 303, que continuará por dez anos. Há também algumas perseguições locais, a mais conhecida é a dos mártires de Lião, em 177.

A primeira perseguição imperial foi a de Nero (54-68), após o incêndio da cidade de Roma, em 64 d.C.. Ele acusou os cristãos como causadores do incêndio. O modo de viver dos cristãos e a não aceitação destes do modo de vida dos pagãos (orgias, infanticídio, incesto, adoração a deuses) fez com que a população apoiasse naquele momento a perseguição contra os cristãos. O primeiro decreto oficial contra o Cristianismo só foi promulgado no século III e, mesmo assim, de modo muito preciso: proibição de reuniões nos cemitérios e a distinção entre chefes e simples cristãos. A tradição aponta o imperador Domiciano (81-98), sucessor de Nero no ódio e perseguição aos cristãos. Ele os acusava de serem ateus por rejeitarem a adoração ao imperador e às divindades romanas.

Em 202, Setímio Severo impôs perseguição aos cristãos e judeus, com a interdição a todo cidadão que se fizesse judeu ou cristão. Entre os anos de 203 a 235, o império viveu momentos de paz religiosa. Em 235, Maximino iniciou nova perseguição e ordenou a morte dos chefes da Igreja. Até 249, houve um momento de paz, quando o imperador Décio organizou uma perseguição universal, com a exigência que todo cidadão do império fosse portador de um certificado de sacrifício. Quem não o portasse, corria o risco de ir para a prisão e ter os bens confiscados. O desejo de Décio era o renascimento da religião nacional e, de modo especial, o soerguimento do culto aos deuses da cidade de Roma.

Em 257, Valeriano assumiu o império, e imprimiu nova perseguição aos cristãos, através da prisão de bispos e cristãos ricos, e confisco de bens destes,

além de proibir a reunião de cristãos. Meses depois da prisão, todos os prisioneiros foram executados. Houve outro período de paz até 303, quando se desenrolará a perseguição de Diocleciano, que terminou apenas com a conversão de Constantino.

Nesses períodos de paz, o Cristianismo se desenvolveu. Após as perseguições de Valeriano, por exemplo, o imperador Galieno (260-268) estabeleceu, como um dos seus primeiros atos, a restituição às igrejas de todos os bens.

Até que no século IV, pela primeira vez, um imperador se declarou cristão: Constantino¹², que governou entre os anos de 303 a 337. Com ele, firmou-se a paz. O imperador publicou o Édito de Milão, em 313, pelo qual foi concedido o livre exercício do culto cristão, a devolução de todos os bens tirados durante as perseguições às igrejas e a personalidade jurídica das comunidades cristãs. Desde então, o Cristianismo passou a ser favorecido pelo poder em detrimento do paganismo, que deixou de ser a religião oficial do Estado por determinação de Constantino. O próprio imperador mandou construir grandes basílicas para o culto em Constantinopla (cidade que ele fundou nos anos 330 para ser a capital cristã do Império do Oriente), em Roma (Basílica de São João de Latrão, Basílica de São Pedro, Basílica de São Paulo), em Tiro, e em Jerusalém (Basílica do Santo Sepulcro).

Mais adiante, em 380, no reinado de Teodósio I, o Cristianismo se tornou a religião oficial e única do Império, ao mesmo tempo em que o culto pagão foi

¹² No que se refere ao “milagre” que teria sido relatado a Eusébio pelo próprio Constantino, o qual se dera quando ele marchava com seu exército para defrontar-se com Maxêncio, seu rival ao trono de Roma, alguns historiadores afirmam não haver qualquer fundamento histórico. O fato é que Eusébio de Cesaréia, no texto *Vita Constantini*, escrito em 337, narra que o imperador antes da luta contra Maxêncio, na batalha de Ponte Mílvio, em 312, olhando para o céu, viu em cima do sol uma cruz flamejante, e uma voz vinda do céu o dizia “sob este símbolo vencerás”. E em sonho, Cristo teria lhe aparecido, mandando-lhe fazer um estandarte no qual deveria ser colocado uma cruz e o monograma de Cristo, isto é, as duas letras gregas X e P, primeiras letras do nome de Cristo (*XPICTOΣ*) em grego. Por outro lado, a história mostra que Constantino ousou levar avante sua campanha contra Maxêncio, apesar da opinião contrária dos generais e adivinhos consultados pelo opositor, que garantiam que os deuses romanos estavam a favor de Maxêncio. Constantino parecia ter convicção que o Deus dos cristãos o protegia, tanto que venceu a batalha, mesmo com um exército inferior. Com efeito, em suas atuações concernentes à Igreja, sobretudo em suas intervenções contra o movimento donatista na África e a heresia ariana, vê-se uma nítida atitude religiosa dele, que se confessa consagrado a Deus. Seu objetivo é estabelecer a unidade da Igreja Católica, o que pode ser também interpretado no horizonte político de unificação e consolidação do Império Romano.

proibido (ao menos em princípio), o judaísmo, tolerado, mas o proselitismo judaico foi proibido, sobretudo dirigido aos cristãos.

Com o reconhecimento, o imperador passou a ter um papel no interior da Igreja. Era ele quem convocava os concílios e dava força de lei às suas decisões. A ele cabia exilar bispos e designar outros religiosos. O que ele esperava da Igreja é que ela fosse, como na época do culto pagão, o elemento de unidade do Império.

Historiadores têm dúvidas quanto verdadeira conversão de Constantino, se não haveria motivações políticas. Tolerado, o Cristianismo se tornaria uma forte corrente religiosa no Império. Constantino tinha consciência desse fato, e constatando o número crescente de cristãos, que constituíam uma força emergente, buscava apoio deles. Talvez isso explique a incoerência de Constantino, que aceitava o monograma de Cristo como emblema em seu exército, mas, ao mesmo tempo, cultuava deuses, especialmente o deus sol, como seu companheiro invencível.

3.2 Símbolos da fé cristã

Oficializada a religião cristã, era preciso gerar uma unidade e uma identidade na fé. Nos três primeiros séculos, diversos contrapontos e heresias surgiam nas comunidades cristãs, gerando debates e questionamentos sobre os elementos essenciais da fé cristã.

Depois da morte das últimas testemunhas oculares da vida terrena de Cristo, chegou ao fim um período. Nada mais podia ser acrescentado à revelação que Deus deu por Cristo e pelos apóstolos. Após esse tempo da transmissão e da interpretação, teve início o tempo das escritas e das redações dos textos constitutivos da fé, com o processo de definição de um cânon (regras). Surgiram os evangelhos e os textos do Novo Testamento, base de toda doutrina cristã. A Igreja decidiu também conservar as raízes veterotestamentárias.

Ao mesmo tempo em que se realizou o processo canônico, foi feito um trabalho de interpretação das Escrituras judaicas, para explicar por que alguns textos foram conservados e qual o sentido espiritual deles, ou seja, a ligação que esses textos tinham com a revelação de Cristo. Assim, nasceu um conjunto de textos cristãos, que compreende o Antigo Testamento e o Novo Testamento.

Esse processo surgiu para evitar que cada comunidade apresentasse o seu Cristo. No século II, por exemplo, houve um verdadeiro desenvolvimento de conceitos e discursos sobre Cristo, de acordo com as origens culturais e religiosas, com a sensibilidade de novos fiéis.

A base da identidade cristã está nos evangelhos. Ela começou a se projetar em torno das Escrituras, mas também em torno da expressão da fé, a qual, no século II, tomou forma nos símbolos (o que chamamos hoje de credo), espécie de resumo do essencial da fé. A palavra designava, primeiramente, um sinal de reconhecimento entre pessoas que faziam parte de uma mesma rede de relações.

Do ponto de vista teológico, foi realizada uma caminhada depois dos evangelhos. As questões tinham por objeto o ser de Cristo, a unidade de Deus criador e salvador. Os cristãos deviam justificar a fé com pontos precisos, dos quais os textos fundadores não falavam explicitamente. Diante de questões cuja complexidade crescia, não podiam mais se contentar com um recurso ingênuo à literatura dos textos. Era necessário interpretar as escrituras, para evitar arbitrariedades e manipulações dos textos. Segundo Meunier (2005), uma verdadeira teoria da interpretação foi elaborada pelos Padres da Igreja, que propunham uma “regra de verdade¹³” para interpretar corretamente as escrituras. Essa regra faz referência aos primeiros símbolos da fé, que põem em ordem o ensinamento global das escrituras, em torno da confissão do Deus Trinitário, e lembra também que é preciso ler as Escrituras como Igreja, “porque só ela guarda viva e intacta a fé dos apóstolos, que ela recebeu em depósito”.

O símbolo estava ligado ao Batismo: o candidato ao Batismo o recebia no final de sua formação, o qual devia decorar e recitá-lo perante a comunidade cristã. Cada igreja local, até o século IV, tinha o seu próprio símbolo. O de Nicéia, depois o de Nicéia-Constantinopla, se impunha e passava a ser o oficial para todas as comunidades cristãs. Historicamente, os símbolos se constituíam pouco a

¹³ Meunier (2005, p. 47) apresenta a formulação da regra de fé de Irineu, que traz como pontos essenciais: fé total a respeito do Deus único e todo poderoso, de quem vêm todas as coisas (cf. 1 Cor 8,6); convicção firme a respeito do Filho de Deus, Jesus Cristo nosso Senhor, por quem vêm todas as coisas (cf. 1 Cor 8,6), e do plano de salvação, segundo o qual o Filho de Deus se fez homem; conhecimento verdadeiro a respeito do Espírito de Deus, que dá o conhecimento da verdade (cf. 1 Tm 2,4), que coloca o plano de salvação do Pai e do Filho aos olhos dos seres humanos, de acordo com cada geração como quer o Pai. Este conhecimento comporta: o ensinamento dos apóstolos, a unidade orgânica e original da Igreja espalhada em todo o mundo.

pouco, no decorrer do século II. Eles se apoiavam no Novo Testamento, em particular no primeiro anúncio da fé pelos apóstolos.

A estrutura dos símbolos era sempre a mesma: a combinação de um anúncio do Cristo (mistério pascal: Cristo morreu e ressuscitou; os títulos: Jesus é Cristo e Senhor, depois a menção da encarnação do Verbo preexistente), com a confissão dos três nomes divinos: o Pai, criador; o Filho, fazendo-se carne pela nossa salvação; e o Espírito, que geralmente está ligado ao que se refere à Igreja, ao batismo, à ressurreição.

A Igreja começou a tomar forma. Do grego *ekklèsia* (assembleia convocada), ela era, antes de tudo, a Igreja local, a comunidade dos cristãos que moravam na mesma cidade. A Igreja universal era percebida como a comunhão das diferentes Igrejas locais. No século II, a comunidade cristã se organizou. Os ministérios itinerantes que Paulo conheceu (apóstolo, profeta, doutor) foram substituídos por ministérios fixos, feitos para estruturar a comunidade chamada a durar (cada vez menos existia um contexto de espera escatológica, em que o retorno de Cristo era percebido como iminente). Esses ministérios eram os dos bispos, padres e diáconos¹⁴. Ao lado desses, foram criados ordens menores, sobretudo femininas: as das viúvas, as das virgens.

No decorrer do século II, surgiu um novo funcionamento, mais “monárquico”, com apenas um único responsável pela comunidade, o bispo, centro da Igreja local. No final do mesmo século, foi construída uma teologia da unidade da Igreja e da credibilidade de sua mensagem (sobretudo de sua fidelidade aos apóstolos), fundamentada na sucessão dos bispos, que garantia um laço vivo e nunca interrompido com os apóstolos fundadores. Nos séculos IV e V, a própria Igreja universal se estruturou, com a instituição dos patriarcados, espécie de superjurisdições, cujos patriarcas tinham autoridade sobre os outros bispos: Roma para o Ocidente, Constantinopla, Alexandria, Antioquia, e depois Jerusalém para o Oriente. O papa era o patriarca do Ocidente aos olhos do Oriente, mas os bispos de Roma, sobretudo Dâmaso (366-384) e Leão (440-461) afirmavam que o

¹⁴ Bispo (do grego *episkopos*, aquele que vigia) e padre (do grego *presbyteros*, o antigo) são, no início, palavras sinônimas. A responsabilidade das comunidades devia ser confiada, coletivamente, a um grupo de antigos. O diácono (do grego *diakonos*, servo), é o colaborador do bispo para funções mais materiais ou caritativas (Meunier, 2005, p.19).

papel do papa ultrapassava o Ocidente, encarregado de velar pela fé de toda a Igreja, concepção desenvolvida posteriormente pela Igreja de Roma.

Os séculos II e III são também de grande atividade missionária, que proporcionou uma expansão também geográfica, tanto que no fim do século II, Tertuliano declarou que havia cristãos no mundo inteiro. Depois dos grandes centros orientais, foram fundadas Igrejas em Roma, na Gália e na África. No século IV, os armênios, os godos e os etíopes foram evangelizados.

Após Constantino, a vida cristã mudou. As reuniões tomaram mais amplitude. Os cristãos não precisavam mais se esconder, podiam celebrar a liturgia em edifícios mais vastos e concebidos para isso, fazer procissões, peregrinações aos lugares santos. No século IV, a liturgia se desenvolveu mais, as primeiras orações eucarísticas foram fixadas. A liturgia das horas e o calendário litúrgico foram desenvolvidos também, com o ciclo do Natal-Epifania, que completa o ciclo pascal, e todas as festas fixas (memórias dos santos, de Nossa Senhora), que se multiplicaram nesta época. A caridade também, muitas vezes em grande escala, com a fundação de hospitais, organização de escolas.

Com a estruturação da religião cristã, surgem também diversas heresias¹⁵, objetos de perseguições e combates por muitos séculos, que algumas vezes chegaram a ameaçar a doutrina cristã. Del Roio(1997) afirma que onde existe um dogma existe uma heresia. A própria palavra heresia, originária do grego *haíreses*, significa escolha e exprime esse conceito. Ou seja, se escolhe acompanhar um determinado dogma ou não. Desde os primórdios, a Igreja Cristã esteve sempre

¹⁵Bernard Meunier (2005, p. 24-25) aponta que entre as heresias mais conhecidas e combatidas pela Igreja entre os séculos I e IV estão: o adocionismo dos judeo-cristãos (Cristo é um simples homem, no qual o Espírito de Deus vem habitar, a partir de seu batismo); o docetismo (Cristo é Deus, sua humanidade é apenas uma aparência); A gnose (o mundo é mau, feito por um Demiurgo mau; a salvação é a fuga para fora da matéria para encontrar o verdadeiro Deus, Pai do Salvador, que está acima do Demiurgo; a salvação só se refere ao intelecto, toda ela é saber, gnose: não há ressurreição; que o próprio Cristo não tinha um corpo verdadeiro e que todo o Antigo Testamento, inspirado pelo Demiurgo, deve ser rejeitado); o monarquianismo (Deus é unipessoal, a distinção dos três não é da ordem do ser mas da função, ou dos tempos da história da salvação); o arianismo (Cristo, como Verbo preexistente, não é igual a Deus, ele é a primeira e a mais nobre das criaturas); o pelagianismo (o homem pode se salvar por suas obras, sua natureza não está estragada pelo pecado de Adão e a graça não é uma condição preliminar a todo ato bom); o nestorianismo (Cristo é um sujeito humano e um sujeito divino que permanecem distintos, unidos em uma “pessoa”, que é a conjunção dos dois); o monofisismo (em Cristo, o Verbo diviniza o humano; não podemos falar de uma “natureza humana” de Cristo. Não há em Cristo um “homem Jesus” que pode dizer: eu).

permeada por conflitos relacionados com a estruturação de sua doutrina, dividindo os fiéis sobre aspectos da crença.

Heresia, então, no contexto cristão, passou a ser a não-escolha ao ensino oficial do Evangelho e à doutrina dos apóstolos, firmada em torno de pontos de referência, como as confissões de fé, as regras de fé, os símbolos da fé, as decisões tomadas pelos chefes da comunidade (bispos locais, o bispo de Roma), pelos concílios, pela autoridade da igreja. Heresia representa um desvio da doutrina acreditada pela comunidade e em seu modo de viver. O herético cristão faz uma escolha fora do código de vida da comunidade; existe um julgamento privado que não leva em conta o da comunidade. Os heréticos, por isso, são indicados genericamente como “inimigos da fé”, por uma adesão pessoal ao que é contrário à fé.

Para alguns membros da Igreja, para qualificar um cristão como herético, há a “vontade má e a obstinação no erro”, que se torna evidente quando é claro o conhecimento das regras de fé. Para outros teólogos da Igreja, o herege é um cristão corrompido, que pode recuperar-se integralmente através da correção. Já outros, viam o herege como alguém que perde o seu ser cristão e a possibilidade de salvação, pois cometia um grave pecado contra a unidade eclesial. A Igreja combatia aqueles que se opunham à doutrina derivada do ensino dos apóstolos e dos bispos, seus sucessores. Por isso, era usado com os hereges o mesmo rigor da disciplina penitencial eclesiástica, reservada aos pecadores públicos: a excomunhão (exclusão da comunhão eclesial) não era definitiva, já que era possível a readmissão mediante o arrependimento.

No período de 325 a 451, foram realizados quatro Concílios Ecumênicos que estabeleceram algumas verdades de fé contra algumas heresias: em 325, no Concílio de Nicéia, que combateu a heresia Ariana (fundada pelo bispo Ário), foi reafirmada a consubstancialidade do Pai e do Filho; em 381, no Concílio de Constantinopla, contra Macedônio, se fundamentou a divindade do Espírito Santo; o Concílio de Éfeso (431), contra Nestório, declarou a fé em Maria como mãe de Deus; e o Concílio de Calcedônia (451), contra os monofisistas, reafirmaram as duas naturezas (humana e divina) na única pessoa de Cristo.

3.3 Surgimento dos carismas

Desde o início do Cristianismo, existiram diversos modos de viver os ensinamentos de Jesus Cristo. O primeiro registro data da época da vida terrena de Cristo, logo após a sua ressurreição, com o envio dos apóstolos em missão, a percorrer a região de Jerusalém para anunciar o evangelho, seguindo o ensinamento que o próprio Cristo os pede para irem pelo mundo pregar a boa nova e formar novos discípulos (Mt 19). Fato que ganhou maior intensidade a partir da narração da descida do Espírito Santo em Pentecostes, segundo a crença da Igreja Católica Apostólica Romana, em que o Espírito Santo teria sido doado aos apóstolos presentes no Cenáculo. A Igreja Romana relata que foi a partir de Pentecostes que os primeiros cristãos passaram a anunciar o evangelho. A diversidade de modos de viver os ensinamentos de Cristo que surgiram ao longo dos séculos, dentro da unidade da Igreja Cristã, foi denominada “carisma”.

Segundo o Catecismo da Igreja Católica, no artigo 799, os carismas são “graças do Espírito Santo que, diretamente ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, pois são ordenados à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo”. A palavra Carisma, do grego *τάριζμα*, designa “o objeto e o resultado da graça divina (*charis*), uma espécie de favor ou de presente de Deus aos crentes de toda ordem e grau” (Romano, 2012, p.424), e é proveniente da raiz grega *char*, que indica coisa que produz bem estar ou resultado de uma doação. No Novo Testamento, a expressão aparece dezessete vezes, sendo dezesseis nos textos de São Paulo¹⁶ e uma no de São Pedro¹⁷. Para Romano (2012), o uso da palavra é criação de Paulo¹⁸, para indicar todos aqueles fenômenos particulares e manifestações que derivam da fé expressa nas comunidades fundadas por ele, principalmente em Corinto¹⁹. Em resumo, carisma

¹⁶ Nos textos bíblicos, cujos textos são atribuídos a Paulo: Rm 1,11; 5,15-16; 6,23; 11,29; 12,6; 1Cor 1,7; 7,7; 12,4; 12,9.28.30.31; 2Cor 1,11; 1Tm 4,14; 2Tm 1,6.

¹⁷ 1Pd 4,10.

¹⁸ O apóstolo Paulo se apresenta nos textos bíblicos como um israelita da tribo de Benjamim (Rm 11,1), nascido em Tarso, na Cilícia, região fora de Israel (At 22,3). Acredita-se que a família de Paulo seja descendentes de grupos que foram levados para a Ásia Menor nos séculos anteriores à Cristo, o que explicaria o fato dele ter nascido e vivido fora da Palestina. A educação de Paulo recebeu forte influência do Judaísmo e da cultura greco-romana, o que explica a influência do seu trabalho evangelizador no mundo greco-romano, sendo ele intitulado como o apóstolo dos gentios (Centro Bíblico Verbo, 2008).

¹⁹ Corinto é a capital da província da Acaia e uma das mais importantes do Império Romano. A cidade possuía posição geográfica privilegiada, com dois portos, o de Cencrécia, no mar Egeu, e o de Laqueu, no mar Adriático. Corinto era uma cidade essencialmente comercial, possuía uma

significa dom ou presente, resultado da graça divina, que adquire um significado mais técnico nos textos bíblicos de Coríntios e Romanos, que passa a designar dons particulares do Espírito Santo às comunidades cristãs.

Em suas epístolas, Paulo apresenta quatro listas de carismas (1Cor 12,7-12; 1Cor 12,28-30; Rm 12,6-8; Ef 4,11), em que ele relaciona cerca de 20 carismas diferentes²⁰. Apesar de citar cerca de 20, ele mesmo fala da infinidade de dons que, certamente, o apóstolo não quis redigir em listas extensas. Paulo lê nesses carismas a ação e a eficácia da única graça, que seria ofertada gratuitamente pelo Espírito Santo, e que se diversifica em cada cristão receptor desse dom, para produzir em cada um deles uma determinada capacidade, cuja finalidade seria desenvolver a edificação de toda a comunidade eclesial.

Especialmente em Rm 12 e em 1Cor 12 é elaborado o significado dessa particular atitude de serviço pela vida e o crescimento do corpo comunitário dos crentes. Quando fala dos “fatos espirituais”, Paulo usa quatro expressões para indicar os dons oferecidos por Deus ao corpo eclesial: *dons do Espírito* (1Cor 12,1; 14,1); *carismas* (1Cor 12,4); *ministérios* (1Cor 12,5; 2Cor 9, 12ss); e *operações* (1Cor 12,6), colocando em destaque a sua particular dimensão trinitária, atribuída à livre e amorosa gratuidade do Pai, do Filho e do Espírito (1Cor 12,4.5.6; 12,28; Ef 4,11) (Romano, 2012, p. 425).

São Paulo distingue vários tipos de carismas, sendo que algumas vezes ele faz referência a um significado geral, enquanto em outras vezes ele indica os dons mais específicos, próprios para evangelizar, ensinar, governar, profetizar ou curar, por exemplo. Segundo a Igreja Católica, esses dons são ofertados de modo singular às pessoas, mas em benefício coletivo da Igreja. Para Romano, é a articulação do pensamento paulino que permite aprofundar a compreensão da

diversidade de povos e costumes. Tinha fama de ser uma cidade devassa, pelo modo com que os habitantes do local viviam, em meio a farras e busca de prazer. A pluralidade religiosa é outra marca da cidade. Neste cenário que Paulo funda a primeira comunidade cristã de Corinto. Fonte: Centro bíblico. Centro Bíblico Verbo: O Amor jamais passará! Entendendo a primeira carta aos Coríntios. Editora Paulus, 2ª edição, 2008, São Paulo.

²⁰ 1Cor 12,7-12: "Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito para a utilidade de todos. A um, o Espírito dá a mensagem de sabedoria, a outro, a palavra de ciência segundo o mesmo Espírito; a outro, o mesmo Espírito dá a fé; a outro, o único e mesmo Espírito concede o dom das curas; a outro, o poder de fazer milagres; a outro, a profecia; a outro, o discernimento dos espíritos; a outro, o dom de falar em línguas, a outro ainda, o dom de interpretá-las". Em 1 Cor 12, 28-30: "Porventura, são todos apóstolos? Todos profetas? Todos doutores? Todos realizam milagres? Todos têm o dom de curar? Todos falam línguas? Todos as interpretam?". Em Rm 12, 6-8: "Tendo, porém, dons diferentes, segundo a graça que nos foi dada, aquele que tem o dom da profecia que o exerça segundo a proporção da nossa fé; aquele que tem o dom do serviço, o exerça servindo; quem o do ensino, ensinando; quem o da exortação, exortando. Aquele que distribui seus bens, que o faça com simplicidade; aquele que preside, com diligência; aquele que exerce misericórdia, com alegria". Efésios 4,11: "E ele é que "concedeu" a uns ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e doutores". Bíblia de Jerusalém. Editora Paulus, 2008

essência e do significado dos carismas “na multiplicidade das suas manifestações, e em seu caráter orgânico para o bem comum e para a unidade no mesmo Espírito”.

Os carismas são diferentes de talentos porque, enquanto estes são dotes naturais inerentes à mesma natureza do ser humano, os carismas são dons sobrenaturais que, de acordo com a Igreja, habilitam o cristão a colaborar com a salvação do mundo segundo uma vocação especial, e não podem ser provocados ou forçados por si, nem prevê-los ou obtê-los mediante os sacramentos ou ministérios hierárquicos.

Para a Igreja Católica, os carismas são como “motores” da evangelização. Eles a impulsionam no processo expansão da fé. São também considerados como a fonte de restauração da comunidade cristã, principalmente, em tempos de crise e arrefecimento da fé e da missão apostólica. Em resumo, segundo a instituição, carisma é também um dom sobrenatural e transitório, que é dado ao homem com a finalidade de edificar o corpo místico de Jesus, que é a Igreja, e cuja distribuição é atribuída à virtude do Espírito Santo, destinado também ao serviço do outro. Segundo a tradição da Igreja, Deus distribui esses dons com o ato de sua liberdade, porém levando em consideração as necessidades particulares da Igreja, como também as disposições e inclinações do indivíduo.

Apoiada em Paulo, a Igreja afirma que a base de todos os carismas e dons é a caridade ou amor, pois Deus é amor (1 Jo 8,16). Na carta aos Coríntios, Paulo reforça que o maior de todos os dons é a caridade, doado pelo Espírito Santo aos fiéis (Rm5,5). O catecismo coloca o amor como o primeiro dom, o qual contém todos os demais. Este amor (a caridade falada na primeira carta de São Paulo aos Coríntios, no capítulo 13) seria o princípio da vida nova em Cristo, doada por meio do Espírito Santo. Paulo reforça nos seus textos que o amor é o maior de todos os dons e que qualquer manifestação de um dom só teria valor se acolhido e compartilhado para o bem comum. Ainda na primeira carta aos Coríntios, nos capítulos 12 e 13, o apóstolo ressalta a riqueza e diversidade de dons na comunidade. Porém, como ele percebe que há desvios de conduta e modo de entendê-los e usá-los. Paulo entende os dons como carismáticos, ou seja, como sinais da gratuidade de Deus, distribuídos às pessoas de forma diferente para a construção da comunidade, não havendo dom maior ou melhor que o outro. Ele

ênfatiza a importância da diversidade na igreja, mas sempre aponta para a fonte comum de todos os carismas que é Deus, aquele “que realiza tudo em todos” (1 Cor12, 6) e distribui os dons não para benefício ou mérito individual, mas para a comunidade.

No capítulo 13, por exemplo, Paulo reforça que o amor está acima de todos os carismas. Diante de uma comunidade que valoriza os discursos bem feitos (1,20; 2,5) e pensa que os dons são usados para a projeção pessoal daqueles que os manifestam (12, 4-30), vendo que alguns membros se exaltavam dos dons recebidos, o apóstolo exorta a comunidade cristã de Corinto sobre a fonte dos dons e a função deles, reforçando que o amor está acima de todos os carismas e que de nada valem os dons “se não houver caridade”.

Paulo não fala do amor apenas como um sentimento, mas como uma ação em benefício de outra pessoa. No texto de Coríntios, podemos perceber alguns dos problemas que vivia a igreja de Corinto, como inveja, divisões, brigas, busca do interesse próprio. Por isso, Paulo coloca o que para ele é o amor: paciente, prestativo, bondoso, se alegra com a verdade, não é invejoso, tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta, não busca o interesse próprio, não se ostenta, não é orgulhoso, não se irrita, não guarda rancor, não se alegra com a injustiça. Paulo confronta ainda o amor com os carismas e insiste que eles passarão, mas o amor permanecerá, “pois é eterno”. Para o apóstolo, a perfeição de uma pessoa ou da comunidade não está na manifestação carismática, mas na prática do amor.

De acordo com o Catecismo da Igreja Católica, a caridade é uma virtude teológica²¹ pela qual o cristão ama a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo, por amor a Deus. Ao amar uns aos outros, os fiéis imitam o amor de Jesus pelo homem quando ele fala, no evangelho de João: “Este é o meu preceito: amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,12). Ainda segundo a Igreja Católica, o exercício de todas as virtudes é animado e inspirado pela caridade, que é o “vínculo da perfeição”, articulando-as e ordenando-as entre si, além de ser a fonte e o termo de sua prática cristã.

²¹ “As virtudes teológicas dispõem os cristãos a viver em relação com a Santíssima Trindade. Têm a Deus por origem, motivo e objeto, Deus conhecido pela fé, esperado e amado por causa de si mesmo. Há três virtudes teológicas: a fé, a esperança e a caridade. Estas informam e vivificam todas as virtudes morais”- Catecismo da Igreja Católica, artigos 1840 e 1841.

3.4 Movimentos religiosos

Para a Igreja, carisma assume também o sinônimo de vivência do Evangelho segundo uma congregação ou movimento eclesial. Apesar de a nomenclatura ser designada para um dom espiritual, ela acabou se tornando também referência para diversos grupos que surgiram ao longo da história, em que homens e mulheres, geralmente em torno de um líder e/ou fundador, passam a viver o seguimento a Cristo de modo comunitário, a partir de regras e do testemunho de um fundador a quem foi manifestado o carisma. Em comum na fundação e no crescimento desses carismas está o desejo, individual ou de um grupo, de viver radicalmente o evangelho em seu convite a uma vida simples, pobre, casta e de serviço aos demais.

Esses carismas, geralmente, surgiram em tempos de crises no interior da Igreja (perseguições, heresias, decadência espiritual e moral, tanto dos membros da Igreja como da sociedade). Podemos dar como exemplo o surgimento do movimento monástico, que nasceu em meio à crise gerada após a determinação do Cristianismo como religião oficial do Império Romano. Neste período, muitos pagãos aderiram à fé por conveniência ou mesmo status, o que gerou um relaxamento ou má vivência doutrinal por parte de muitos. Alguns cristãos resolveram, então, se retirar para o deserto em busca de uma experiência radical do evangelho. Nestes movimentos “há um novo descobrimento da transcendência de Deus, da identidade do cristão tal como brota no evangelho”, uma nova compreensão do papel entre os cristãos e a igreja.

O Concílio Vaticano II²² desenvolveu uma teologia dos carismas por meio, principalmente, de dois documentos conciliares, a *Lumen Gentium* e a *Apostolicam Actuositatem*, em que se destacam alguns pontos característicos dos carismas, como: o papel de santificação do povo de Deus; têm como função tornar os fiéis aptos e prontos para a renovação e a edificação da Igreja, capacitando-os ao trabalho que visa o bem dos homens e da Igreja, dentro da instituição e do mundo;

²² O Concílio Vaticano II (XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica) foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII. Ele abriu os trabalhos no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em quatro sessões, terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. Nestas quatro sessões, mais de dois mil prelados, convocados de todo o planeta, discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica. As suas decisões estão expressas nas quatro constituições, nove decretos e três declarações elaboradas e aprovadas pelo Concílio.

o exercício dos carismas deve ocorrer na comunhão com os irmãos em Cristo; formação dos fiéis, por parte dos pastores, acerca da autenticidade e do exercício ordenado dos carismas.

Para a Igreja, nunca faltou nem nunca irá faltar o elemento carismático, pois ele faria parte de sua natureza (Romano, 2012). Ao longo dos últimos 20 séculos, os carismas surgiram como respostas aos contextos sociais e eclesiais. Vamos destacar alguns na história da Igreja Católica, movimentos que marcaram época e foram protagonistas de verdadeiras revoluções. Por conta da grande diversidade e quantidade de movimentos e ordens religiosas que surgiram ao longo de dois mil anos, é impossível destacar, em poucas páginas, o papel e história de todas. Por isso, preferimos nos deter nas principais e mais conhecidas instituições que surgiram em cada período, para facilitar a exemplificação, já que detalhamento dessas instituições não é o nosso foco principal. Escolhemos uma congregação para cada período histórico, levando em conta a popularidade delas no Brasil: Ordem dos Beneditinos, na Idade Antiga; Ordem dos Frades Menores ou Franciscanos, na Idade Média; Companhia de Jesus, na Idade Moderna; Focolares, na Idade Contemporânea.

3.4.1 Monasticismo

O movimento monástico ou monasticismo, cuja palavra, de origem grega, deriva do termo "só" ou "único", foi o primeiro grande movimento de reforma na Igreja Católica. A palavra monge era designada àquelas primeiras pessoas que, na busca em fugir do mundo secular, se refugiavam em locais afastados das cidades para se dedicarem totalmente a uma vida oração e austeridade. A tradição da Igreja Católica conta que os primeiros monges surgiram na Idade Antiga, por volta do século II, durante a perseguição do imperador Décio (249-251), em que muitos cristãos egípcios fugiram das cidades e se refugiaram no deserto.

No entanto, com o fim da perseguição aos cristãos, a religião começou a se estabilizar e se organizar. Porém, com a inculturação do Cristianismo pelos pagãos, os ideais primeiros de vida cristã foram sendo corrompidos e se misturando às práticas e costumes pagãos. A promiscuidade, o culto a outros deuses e a outros elementos da cultura pagã romana invadiram o ambiente cristão. A Idade Antiga é um período também onde surgem várias heresias que são

combatidas pela Igreja nascente, heresias de ordem trinitária (arianos e pneumatômacos), cristológicas (apolinaristas, nestorianos e eutiquenos) e de questões sobre a salvação (pelagianos e semi-pelagianos).

Diante de todo esse cenário, muitos cristãos sentiram a necessidade de retornar aos ideais primitivos do Cristianismo, para manter o nível moral da época dos mártires, e decidiram se afastar da sociedade para viver apenas para Deus. Assim, surgiu o movimento monástico de origem cristã²³. O monasticismo foi responsável, principalmente a partir de 313, pela grande expansão do Cristianismo.

Ao fugirem de uma sociedade profundamente corrupta, têm a impressão de que serão de Deus somente quando tiverem se desembaraçado das imundices do mundo. Ressaltavam, sobretudo, a pureza do coração e a liberdade das afeições desordenadas, que podem se realizar somente em condições interiores de renúncia e exteriores de calma e silêncio (Ancilli, 2012, p. 902).

Figueiredo (1990b) afirma que, após a paz constantiniana, a Igreja teria se sentido tentada a “se instalar, a estabelecer certa convivência com o mundo romano”, e que com a inserção dos cristãos na sociedade do tempo, alguns cristãos passaram a se “mundanizar”, frequentando cabarés e teatros, por exemplo. Em rejeição a essa mundanização e no intuito de renunciar concretamente às coisas terrenas, alguns cristãos teriam aberto mão dos bens e se retirado para o deserto, para viver uma vida ascética, de “adesão ao Evangelho até as suas últimas consequências”.

É na Igreja do Oriente que surge o primeiro relato de vida monástica cristã, por volta do século IV, com Santo Antão, considerado o pai e modelo de eremitas e anacoretas, cuja vida foi relatada pelo bispo de Alexandria, Santo Atanásio (295-373). Segundo Atanásio, Santo Antão teria nascido por volta do ano de 251, no Egito, e morrido em 356, aos 105 anos. Conta a tradição da Igreja que ele, aos 20 anos, teria se desfeito de seus bens materiais, dado aos pobres e seguido para o deserto do Egito, onde viveu isolado por cerca de 85 anos. Os relatos de santidade, de luta e vitória contra as tentações do demônio se espalharam e fez com que surgissem, já na época, grandes devotos e admiradores. Passou a ser

²³ O modelo de monasticismo não é exclusivo do Cristianismo. A história comparada das religiões encontra modelos equivalentes nas mais diversas culturas, como na Índia, Ásia Central, China. Alguns modelos, porém, não visavam uma união com Deus, mas um ascetismo material.

venerado por numerosos visitantes, além de servir de inspiração para aqueles que desejavam se dedicar totalmente aos ideais ascéticos.

Neste mesmo período, surgiu também a forma cenobítica, com São Pacômio, que uniu o desejo de uma vida isolada do mundo, porém, em meio a uma vida comunitária e sob a orientação de um líder espiritual, em que várias pessoas com o mesmo ideal se refugiariam em comunidades ou mosteiros. Nestes locais, se intercalavam momentos de solidão e de vida comum. Há regras as quais todos deviam seguir para alcançar o ideal de ascese. Com o tempo, o modelo cenobítico prevaleceu no Oriente, tendo no bispo de Cesaréia, São Basílio Magno, o grande incentivador e organizador desse estilo de vida. Considerado o pai do monasticismo oriental, São Basílio é conhecido também pela contra o arianismo e intensa atuação no Concílio de Nicéia.

Os monges buscam viver uma vida angélica, através da virgindade, da vida de contemplação e profunda oração constante, de penitência e vida apostólica. Todos os cristãos são chamados à pureza da mente, à renúncia do mundo e à fé na providência. Porém, os monges devem atingir esses objetivos, através dos votos de pobreza, castidade e obediência²⁴. Segundo a Igreja, o monge está morto para as coisas transitórias do mundo e para as preocupações terrenas.

É uma vida angélica, porque vive uma existência celeste na procura de Deus, no seu louvor incessante e no desprendimento da terra. É uma vida profética, porque exprime uma mensagem de penitência e de perdão, de espera e de vigilância; lembra os cristãos descuidados que estamos a caminho da verdadeira pátria. É uma vida evangélica, porque o exemplo e a doutrina do Mestre são sua única norma. É uma vida apostólica, porque nela se deixa tudo para estar sempre próximo a Jesus e segui-lo aonde quer que vá, na renúncia mais completa e no amor mais devoto. É uma vida de testemunho (ou de martírio), porque por amor de Deus proclama-se diante dos homens a veracidade do Evangelho, a possibilidade de sua atuação com a ajuda do onipotente. (Turbessi, 2012, p. 183).

Os monges são considerados os sucessores dos mártires, ou mesmo os novos mártires. Só que agora, em vez do martírio de sangue, vivem o martírio branco, de morte para o mundo e para a própria vontade. Alguns autores afirmam que os mosteiros são como a imagem da igreja primitiva de Jerusalém, quando a

²⁴Esses votos ou conselhos evangélicos estão presentes em quase todas as Congregações religiosas. Eles foram aderidos também por muitas Novas Comunidades e Novos Movimentos Eclesiais, porém, com um grau de cumprimento ou vivência diferenciado. Alguns, por exemplo, fazem votos de castidade, mas podem se casar ou são casados, aderindo outra dimensão da castidade que vai além (e é diferente) do celibato. Outros fazem voto de pobreza, mas vivida na partilha parcial dos bens e da vida.

comunidade tinha um só coração e uma só alma (At 4,32), onde há uma comunhão de carismas e bens espirituais. No modelo cenobítico, a vida é ordenada por regras.

3.4.2 Ordem Beneditina

Ao longo da Idade Média, floresceram diversos movimentos missionários de ordem monástica, cuja principal meta era a conversão dos povos bárbaros e difusão da Igreja Católica. Após a queda do Império Romano do Ocidente, (permanecendo o Império Bizantino ou Romano do Oriente), que passou a ser ocupado por diversos povos bárbaros, grupos de missionários católicos passaram a penetrar nesses reinos, com o objetivo de evangelizar esses povos. Mesmo após a queda do Império Romano do Ocidente, Roma permaneceu intacta como sede do catolicismo do Ocidente, preservada dos ataques bárbaros.

Del Roio (1997) mostra que os reinos bárbaros surgidos da desagregação do Império ocidental eram “mais receptivos” ao anúncio do evangelho, embora em alguns deles tivessem assumido o Cristianismo na forma “ariana”, considerada herética. Neste período, a figura do bispo de Roma cumpria uma missão intermediadora entre os estados bárbaros e o Império Bizantino. Del Roio aponta a conversão do rei dos francos, Clóvis, ao Cristianismo romano como um ponto importante para expansão do catolicismo. Segundo ele, os francos dominavam a maior parte da Gália e exerciam forte influência sobre os germanos e os visigodos, que ocupavam a península ibérica. “A dinastia dos merovíngios, descendentes de Clóvis, foi a melhor aliada do papado, o que facilitava a penetração das estruturas eclesiais no Ocidente europeu”(Del Roio, 1997, p. 25).

Foi nessa época que aconteceu a evangelização da Europa, com a instalação de mosteiros em diversos países do continente, como Irlanda, Inglaterra e França. Neste contexto, a Ordem dos Beneditinos se destacou no papel de cristianizar a Europa. Segundo Del Roio, o primeiro monge erigido papa, Gregório I, Magno (590-604), ofereceu total proteção à sua ordem, com a fundação de mosteiros e envio de missionários a diversos lugares da Europa.

Criada por São Bento de Núrsia, a Ordem dos Beneditinos nasceu por volta de 480. Foi a primeira manifestação de vida monástica no ocidente, considerada também a ordem religiosa mais antiga da Igreja. Foi Bento quem reformou o

movimento monástico, criando regras que regeram não só os beneditinos, como diversas outras ordens que surgiram na Europa posteriormente. Além de não limitar o número de monges dos mosteiros, ele introduziu o trabalho à vida cenobítica. É dele a célebre frase “*Ora et labora*”. A regra beneditina foi bastante difundida na Europa durante a alta Idade Média.

A vida e obra de São Bento exerceram uma influência fundamental sobre o desenvolvimento da civilização e da cultura europeia. Ela concebia o mosteiro como uma instituição financeira e autônoma administrativamente. O chefe do mosteiro era um abade, ao qual se devia obediência. A adoração, principal dever dos irmãos, era coletiva, por quatro horas diárias. O resto do tempo era dedicado a atividades intelectuais e trabalhos manuais. Tal regra se tornou obrigatória em todos os mosteiros do império franco no século IX, por um mandado imperial de Luís, o Piedoso.

A sociedade dos séculos V e VI vivia um tempo de crise de valores e nas instituições, causada pela queda do Império Romano, pelas invasões bárbaras e pela decadência dos costumes. Neste novo contexto de início da Idade Média, Bento de Núrsia decidiu fugir do mundo e se dedicar à vida religiosa monástica.

De fato, a obra do santo e, de modo particular, sua Regra revelaram-se portadoras de um autêntico fermento espiritual, que penetrou no curso dos séculos, muito além dos confins de sua pátria e de seu tempo, o rosto da Europa, suscitando, depois da queda da unidade política criada pelo Império Romano, uma nova unidade espiritual e cultural, a da fé cristã partilhada pelos povos do continente. Nasceu, justamente assim, a realidade que nós chamamos de “Europa”.²⁵

Ao longo dos anos, a tradição monástica da Europa Ocidental, em especial a partir do século VIII, escolheu Bento como mestre quase exclusivo, ao vislumbrar nele o legislador e pai dos monges ocidentais. O seu ensinamento foi acolhido e desenvolvido por diversas congregações monásticas da Baixa Idade Média e da Idade Moderna, o que mostra a influência beneditina nas correntes eremíticas dos séculos X a XII e também para as mais recentes formas de vida religiosa.

²⁵ Homilia do Papa Bento XVI sobre a Ordem Beneditina. Disponível em: <<http://www.zenit.org/pt/articles/bento-xvi-apresenta-sao-bento-padroeiro-do-seu-pontificado>> Acesso: 12 out. 2013.

Vale ressaltar, a fim de comparações e fundamentações posteriores, algumas particularidades dos beneditinos: o interesse aos temas espirituais, como vida angélica e profética; questões doutrinárias, como as relações entre vida ativa e vida contemplativa; os dons espirituais; a valorização das celebrações litúrgicas. Outro ponto é a assiduidade da oração, que tende a tornar-se contínua. Existe um itinerário tradicional da oração monástica. O ponto de partida é dado, com efeito, pela leitura dos livros sagrados (*lectio divina*), dos comentários patrísticos, seguidos da meditação e fase de assimilação pessoal. Depois a oração, momento de diálogo, considerada a fase mais alta e espiritual, até a última fase, a contemplação. Outros aspectos, como o aspecto missionário, que ocorre pelo abandono da pátria com vista a novas fundações ou missões de evangelização, e representou um dos fatos mais importantes para o nascimento da Europa cristã.

3.4.3 Franciscanos

Ao final do século XII, a Igreja Católica vivia novamente uma grave crise religiosa, com o crescimento de movimentos heréticos como os valdenses, os albigenses e cátaros, movimentos de evangelismo que pregavam uma radicalidade, pobreza e simplicidade em combate à estrutura eclesial da época. Eles propunham heresias como a negação do dogma da Trindade, o desprezo do mundo material, a negação da livre vontade, a existência de um princípio do mal equiparável a Deus e a salvação pelo o conhecimento e não pela fé. A fama de modéstia e santidade dos hereges contrastava com o luxo e as comodidades que muitos eclesiásticos viviam na época, fatores que fizeram com que o catolicismo perdesse terreno.

Segundo o papa Bento XVI, esses movimentos heréticos tiveram êxito “não só por sua sólida organização, mas também porque denunciavam uma desordem real na Igreja, causado pelo comportamento pouco exemplar de diversos representantes do clero”, além do ambiente favorável a partir do “aumento das populações urbanas sedentas de uma intensa vida espiritual; e a transformação cultural que eclodia a partir das Universidades”²⁶.

²⁶Papa Bento XVI em Audiência Geral, em janeiro de 2010, sobre as ordens mendicantes do século XIII, dominicanos e franciscanos. Na ocasião, ele disse ainda que só os santos guiados por Deus são "autênticos reformadores da vida da Igreja e da sociedade". Disponível em: <<http://www.acidigital.com/noticia.php?id=17922>> Acesso em: 12 out. 2013.

Foram tomadas medidas drásticas, como a instalação do Tribunal da Inquisição, para perseguir e combater as heresias que surgissem e ameaçassem não só a estrutura como a própria vida da sociedade cristã. Este período é marcado também pelas Cruzadas (1095), movimentos de cunho político, comercial e religioso, cuja bandeira principal estava na reconquista para Cristo dos territórios ocupados pelos bárbaros, em especial a Terra Santa.

Em paralelo, no interior da Igreja, surgiam modelos de Ordens que, com humildade e santidade, fizessem contraponto aos movimentos heréticos e revolucionassem, de dentro para fora, a estrutura da Igreja Católica. Movimentos monásticos como os Cartuxos, os Cistercienses e os Carmelitas já levantavam a bandeira da pobreza dentro da vida religiosa e da própria Igreja.

Em 1209, surgiram as ordens mendicantes, que tinham como principal expoente a Ordem dos Frades Menores, fundada por São Francisco de Assis. Entre os principais pontos diferenciais desta nova ordem estão: a vivência extrema da pobreza, a inteira submissão à Igreja e o abandono do princípio de estabilidade que tinha caracterizado a vida monástica durante séculos. As ordens mendicantes adotaram uma postura mais pastoral e, pela da pregação itinerante, chegavam aos lugares mais distantes aonde a Igreja não conseguia ir ou o clero não era atuante. Os novos frades renunciaram à segurança econômica dos mosteiros e passaram a viver de esmolas.

No meio dos perigos da Igreja, ameaçada apesar de seus triunfos, num tempo em que grande parte do clero secular se ocupava, por demais, das coisas do mundo, enquanto que o povo desejava com ardor pastores animados pelo espírito apostólico, numa época em que a heresia se levantava ameaçadora na sociedade ocidental, as ordens mendicantes foram chamadas pela Providência Divina para reavivar o ideal da imitação de Jesus Cristo, em íntima união com a Igreja. Com o maior zelo possível, se dedicavam à cura das almas negligenciadas e procuravam solucionar, de certo modo, o problema social. Pela completa renúncia à propriedade, particular e comum, introduziram uma notável inovação na vida monástica. Confiavam unicamente na caridade dos fiéis, aos quais procuravam servir pelas missões e pelo ministério pastoral. Por isso, não se estabeleciam, como as ordens monásticas, em lugares retirados das cidades, nem faziam como elas o voto de estabilidade (Romag, 1940, p.196).

São Francisco de Assis era filho de comerciantes italianos. Renunciou à vida de festas e à herança da família para se dedicar à vida religiosa. Depois de ter passado um tempo como eremita, Francisco encontrou o seu programa de vida na leitura do Evangelho. Em um dos momentos de profunda oração, na Capela de

São Damião, a Igreja afirma que ele recebeu o chamado de Deus para “reconstruir a Igreja que estava em ruínas”. Francisco trajava apenas uma túnica rústica, à maneira dos camponeses da Úmbria, e dedicava-se a pregar o Evangelho, a penitência, a pobreza e a paz. Ele abriu para os seguidores o campo das missões, percorreu diversas cidades para anunciar o evangelho e, com seu testemunho, atraiu milhares de seguidores e admiradores.

Em torno de Francisco, foi formado um grupo de voluntários, conquistados pelo mesmo ideal do fundador, que se propunha a uma profissão de vida caracterizada por uma pobreza absoluta, segundo o evangelho, e em uma perspectiva de amor. As regras e estilo de vida foram aprovados por Inocêncio III em 1209. A nova ordem, que Francisco denominou de Frades Menores, se difundiu rapidamente e atingiu números elevados de seguidores, tanto que no Capítulo Geral da Ordem, em 1221, havia cerca de cinco mil frades.

A espiritualidade franciscana pode ser resumida nos seguintes pontos: ela é teocêntrica e cristocêntrica; visa a imitação de Cristo até o extremo do limite; inicia na Cruz e termina na Cruz, pela devoção à Paixão de Cristo (segundo a Igreja, foi vivida de modo tão intenso por Francisco ao ponto dele receber os estigmas, ou seja, as mesmas chagas de Cristo); amor à Eucaristia, centro de sua vida religiosa; mariana, devocional a Nossa Senhora; evangélica, sem deliberada dependência ou derivação de outras regras ou instituições religiosas (nisto constitui a novidade do seu carisma), tendo o evangelho como código de vida e tema de pregação oral e escrita; eclesial. Ou seja, Francisco quer viver o evangelho, mas com a intermediação da Igreja, considerada por ele como o único caminho de salvação para todos, e pedia aos seus discípulos que fossem também submissos à Igreja e firmes na fé católica. Ainda como preceitos, estão a vida ativa e contemplativa; vida fraterna, de doação aos irmãos e aos pobres; vivência das virtudes, como a caridade, a humildade, a pobreza, obediência, na simplicidade, na sabedoria, na mortificação, na discrição e na alegria.

Para Bento XVI, o grande mérito das ordens mendicantes foi demonstrar ser possível viver a pobreza evangélica sem separar-se da Igreja, e testemunhado “uma vida extremamente sóbria para ser solidários com os pobres e confiar apenas na Providência”. Ele afirma ainda que o estilo pessoal e comunitário das ordens

mendicantes, “somado à adesão total ao ensino da Igreja e à sua autoridade” foi muito apreciado e apoiado pelos pontífices da época, que reconheceram nessas novas experiências eclesiais “a voz do Espírito”.

3.4.4 Companhia de Jesus

No início da Idade Moderna, a Igreja Católica atravessou nova crise que a obrigou a se reformular para sobreviver aos novos tempos. Foi o período da Reforma Protestante e do Cisma Anglicano, que abalaram as estruturas da Igreja Católica e, no caso do protestantismo, se espalhou por toda a Europa. Este foi o período também pelo qual a sociedade passou por grandes transformações, ao sair de uma esfera medieval e extremamente religiosa para uma nova concepção, centrada na ciência, na razão, no homem.

A Companhia de Jesus surgiu em 1534, fundada pelo espanhol Inácio de Loyola. Foi uma das que mais cresceram durante o movimento de renovação da Igreja na Idade Moderna, em especial nos séculos XVI e XVII. Destacou-se pela disciplina militar, pelas rigorosas exigências intelectuais e obediência total à Igreja de Roma.

A Ordem dos Jesuítas, como também é conhecida, desempenhou importante papel na Contra Reforma, tanto por reavivar o catolicismo como pelo trabalho missionário e educacional em diversas regiões da Europa, Ásia e América. Com o trabalho intelectual, cuja base estava no uso da razão iluminada pela fé, tinha como missão dar respostas ao mundo racionalizado que emergia.

A ordem inaciana estava inserida também em um contexto eclesial conturbado: época da Inquisição Espanhola (1478 – 1834), estabelecida pelos reis Fernando II de Aragão e Isabel de Castela, uma instituição de natureza mista (política e eclesial), cujas características eram a perseguição aos judeus e mouros e a redução da autoridade papal. Além disso, havia ainda a corrupção de parte do clero que vendia bens e indulgências em benefício próprio, além de “mitigar as vocações clericais, ao admitir apenas filhos de famílias nobres”.

Havia, ainda, no início do século XVI, o combate à heresia dos Alumbrados, uma seita mística que acreditava entrar em contato direto com Deus através do Espírito Santo, por meio de visões e experiências místicas, desprezando

os sacramentos e a Igreja. Santo Inácio de Loyola, por exemplo, após a escrita dos Exercícios Espirituais, foi perseguido por suspeitas de pertencer à seita dos Alumbrados, processado e proibido de pregar. Apenas em 1540, o Papa liberou os Exercícios Espirituais, principal dimensão contemplativa da Ordem, cuja finalidade é aperfeiçoar o aspecto intelectual e psicológico da atividade contemplativa, e dar particular atenção ao papel da imaginação ativa nos exercícios espirituais.

A Companhia de Jesus se apresenta como um exército à disposição do Papa para a defesa da fé, a reforma da Igreja e sua obra missionária. Os jesuítas dão ênfase à ação apostólica, ao aperfeiçoamento teológico e à contribuição intelectual para a cultura humana, a fim de poder representar a Igreja no campo das ciências, da elaboração do pensamento moderno e da educação.

Os traços da juventude de Inácio, que viveu em um ambiente da corte real e do exército espanhol, marcaram a espiritualidade inaciana, cuja mentalidade de serviço e de entrega se reflete em vários escritos do santo. Depois da conversão, ele decidiu procurar o maior serviço a Deus, na busca constante em fazer a vontade de Deus. Tal propósito permaneceu fixo em sua mente como cláusula final habitual de suas cartas: “O Senhor nos dê sua graça para que possamos sempre perceber sua santíssima vontade e cumpri-la inteiramente”.

No serviço divino, Loyola estabeleceu, como fundamento principal, a necessidade de seguir sempre o que é para a honra e a glória de Deus, fundamento único de toda a Companhia, regra segundo a qual todas as Constituições e os compromissos da Companhia foram e devem ser sempre examinados. Para conseguir o maior serviço à Deus, a Companhia possui uma amplitude de ministérios, como a pregação pública; os exercícios espirituais; a formação do povo, em especial das crianças, no Cristianismo; a consolação espiritual dos fiéis pela confissão e por outros sacramentos, para favorecer a reconciliação; e o piedoso socorro e o serviço àqueles que estão nos hospitais, nas prisões, e por todas as outras obras de caridade.

Inácio procurou remediar as chagas sociais principais, com trabalhos voltados para as cortesãs; as meninas em condições de risco; fundação de associações e obras para os órfãos; ajuda os que passavam fome e não tinham

moradia; à colônia judaica e aos hospitais. Ensinou o catecismo pelas ruas de Roma. Ocupou-se também com a educação religiosa da juventude. A Companhia de Jesus recebeu aprovação dos Estados Pontifícios em 1550. Aos votos de castidade e de pobreza, acrescentaram o de obediência ao máximo superior, que estaria, por sua vez, submetido ao Pontífice. Era um dos sinais do espírito militar que fazia parte da educação e da vida do seu fundador, e que ele quis transmitir à Companhia com novo sentido espiritual.

Os jesuítas foram peças importantes na evangelização e colonização da América do Sul, sendo responsáveis pela catequização dos índios (eles foram acusados por alguns historiadores de etnocídio indígena; já outros os defendem, ao afirmar que muitos sacerdotes aprenderam a língua e os costumes das tribos onde eram inseridos, defendendo-os, inclusive, de ataques de colonos portugueses). A Ordem passou pelo momento mais difícil da sua história no século XVIII, com perseguições políticas em diversos países, principalmente em Portugal, com o Marques de Pombal. No ano de 1773, a Ordem foi suprimida e muitos de seus membros foram presos. Eles sobreviveram graças à rainha da Rússia, Catarina II, que permitiu a continuação da Ordem neste país. A Companhia de Jesus só foi restaurada pelos Estados Pontifícios em 1814.

3.4.5 Obra de Maria (Movimento dos Focolares)

Na Idade Contemporânea, em especial no final do século XIX e início do século XX, a Igreja atravessava um período difícil, em especial, por causa dos novos contextos sociais que afastavam a Igreja da vida cotidiana das pessoas e dos centros dos debates sociais. O processo de secularização da sociedade cresceu rapidamente, especialmente após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. A sociedade ficou marcada pelo racionalismo, priorizando a razão em detrimento da fé e dos valores transcendentais. Alguns historiadores chamam esse período de término da Era Constantiniana, com o fim da aliança (ou a separação) entre Estado e Igreja. A religião passa a ser desprezada em nome do “progresso cultural”. Começaram as tentativas de descristianização da sociedade, com o surgimento de diversas correntes intelectuais, como Liberalismo, Positivismo, Materialismo, Agnosticismo e Ateísmo. Época também do surgimento de várias seitas protestantes que retomaram antigos pontos heréticos para a Igreja Católica.

No início do século XX, a população ocidental se viu mergulhada na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e, pouco tempo depois, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste contexto, diversos movimentos de leigos emergiram na sociedade, de caráter ecumênico, que pregavam a unidade e o amor. Grupos que não eram ordens religiosas, não viviam em mosteiros nem usavam hábitos, mas tinham compromissos de uma vida totalmente comprometida com o evangelho, renovavam votos de pobreza, obediência e castidade e, na grande maioria, eram formados por jovens, famílias, homens, mulheres, ou seja, não havia impedimento para participar. Esses movimentos geraram uma novidade no seio da Igreja Católica, que até então reconhecia como membros consagrados apenas os religiosos, todos celibatários, em congregações apenas masculinas ou femininas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, surgiu o Focolares, um dos movimentos eclesiais contemporâneos mais importantes da Igreja Católica, tanto pelo forte caráter espiritual e ampla difusão no mundo, como pela rica composição de seções e obras na sua estrutura. Os Focolares surgiram a partir da experiência espiritual da fundadora Chiara Lubich, que nasceu na cidade italiana de Trento, em 1920. A primeira inspiração sobre o movimento foi em 1939, quando ela participou de um curso para jovens da Ação Católica.

No dia 7 de dezembro de 1943, ela fez o voto de castidade. Este dia foi considerado como a data de fundação do movimento Focolarino (a palavra focolar é uma expressão popular italiana, que foi dada a essa experiência, na qual os participantes se viam como lenha na lareira doméstica a queimar e a fornecer luz e calor na comunhão da caridade).

Após a consagração de Chiara, outras jovens começaram a se aproximar dela, atraídas pela sua radicalidade evangélica, e quiseram seguir o mesmo caminho. Segundo a fundadora, não existia, no princípio, nenhuma intenção de criar um novo movimento na Igreja.

No dia 13 de maio de 1944, um bombardeio atingiu Trento. A casa de Chiara foi danificada e a família dela teve de deixar a cidade. Mas ela decidiu permanecer na cidade. Chiara e as novas companheiras começaram, em meio à guerra, a se encontrar nos abrigos antiaéreos. Pouco tempo depois, Chiara

encontrou uma pequena casa, que dividiu com as primeiras seguidoras, fato que oficializou o nascimento dos Focolares.

No mês de maio, no porão escuro da casa de Natalia Dallapicolla, à luz de vela, leram o Evangelho, como já era um hábito para elas. O abriram ao acaso e encontraram a oração de Jesus antes de morrer: “Pai, que todos sejam uma coisa só” (Jo 17,21). É um texto evangélico extraordinário e complexo, o testamento de Jesus, estudado por exegetas e teólogos de toda a cristandade; mas naquela época um tanto esquecido, porque misterioso demais. E não só, a palavra “unidade” tinha entrado no vocabulário dos comunistas, que, num certo sentido, exigiam o seu monopólio. “Mas aquelas palavras pareciam se iluminar, uma a uma – Chiara escreverá – e colocaram em nosso coração a convicção que tínhamos nascido para “aquela” página do Evangelho”. Mais tarde, no Natal de 1946, as jovens escolheram como lema: “Ou a unidade ou a morte”²⁷.

Em 1945, cerca de 500 pessoas já participavam do grupo, com homens e mulheres, de todas as idades, das mais diversas vocações e classes sociais. Entre eles, tudo era colocado em comum, assim como era feito nas primeiras comunidades cristãs. Em 1947, ocorreu a primeira aprovação diocesana do Movimento, dada pelo arcebispo de Trento, Dom Carlo de Ferrari, que afirmava ver no movimento “o dedo de Deus”. Com as bênçãos do bispo local, o movimento se expandiu e começou a ultrapassar as fronteiras da região, com os membros enviados para Milão, Roma, Sicília. Em toda parte, surgiam comunidades cristãs focolarinas, aos moldes da comunidade de Trento.

O movimento cresceu rapidamente e de tal maneira que, em 1949, os Focolares fundaram a primeira Mariápolis, a cidade de Maria, na região montanhosa de Trento, o esboço de uma pequena cidade cristã que tinha como meta viver a lei do evangelho sob a proteção de Maria. Para se ter uma ideia, em 1959, o movimento reuniu mais de dez mil pessoas em Fiera di Primiero, provenientes de vinte e sete países, o que comprova a expansão da Obra.

A novidade dos Focolares, além da primeira grande expressão de um movimento fundado por leigos, estava no diálogo inter-religioso. À medida que eles se difundiram, ocorreram os primeiros contatos com cristãos de outras Igrejas. Primeiro com os evangélicos da Alemanha, em 1961, quando Chiara se encontrou com alguns pastores luteranos que desejavam conhecer a sua

²⁷ Informações do site dos Focolares. Disponível em:

<<http://www.focolare.org/pt/chiara-lubich/chi-e-chiara/gli-inizi/>> Acesso em 15 de out. de 2013.

espiritualidade evangélica; depois com os reformados, na Suíça. Para o Movimento, estes fatos marcaram o início do caráter ecumênico deles. A fundadora, por exemplo, conheceu pessoalmente o patriarca Atenágoras de Constantinopla (que chegou a afirmar ser um membro do Focolares), momento que abriu as portas das Igrejas Ortodoxas para o movimento. Em 1966, na cidade de Londres, Chiara foi recebida em audiência pelo arcebispo de Cantuária, Michael Ramsey, primaz da Comunhão Anglicana, que encorajou a difusão da espiritualidade dos Focolares na igreja da Inglaterra.

Em 1962, os Focolares receberam a primeira aprovação pontifícia *ad experimentum*, de João XXIII, com o nome Obra de Maria. Eles foram reconhecidos como associação piedosa com dois ramos, masculino e feminino. Neste caminho eclesial, eles assistiram ao desenvolvimento de uma série de vocações no interior da Obra de Maria, algo original, até então, dentro da Igreja Católica: são os focolarinos casados (que se empenham nos conselhos evangélicos da pobreza, castidade e obediência, assim como os demais focolarinos solteiros e celibatários); e os sacerdotes, religiosos e seminaristas, que começam a participar da Obra. Até então, não existia nenhum movimento dentro da Igreja Católica que unisse, ao mesmo tempo, casais, solteiros, religiosos e sacerdotes. Surgiu também os “voluntários”, leigos que não vivem nas casas comunitárias, mas estão presentes na sociedade para testemunhar a espiritualidade da unidade.

Em 1977, a fundadora Chiara Lubich recebe o Prêmio Templeton pelo progresso da religião. Trata-se de uma data importante, que lança o Movimento dos Focolares em uma nova abertura de diálogo com as religiões orientais, especialmente entre os budistas no Japão, mas também com os judeus, muçulmanos e hindus. Assim, o movimento, que nascera com um desejo de atrair especialmente os afastados da Igreja, os ateus, viu desenvolver-se um amplo raio de ação dentro e fora da Igreja. A sua característica é “o radicalismo do amor”, segundo o Evangelho, como João Paulo II definiu o movimento. Como movimento da unidade – assim era chamado no início da sua história -, aponta para a realização do testamento de Jesus, que deu a vida pela unidade de todos, em plena comunhão com a vida e a missão da Igreja e a cordial adesão ao papa e aos bispos. (Castellano, 2012, p. 1035).

A espiritualidade do Movimento dos Focolares é constituída pelas ideias fundamentais de vida evangélica vivida pela fundadora e pelas primeiras companheiras. Ela se expressa em doze pontos, entre eles: a descoberta e a experiência de Deus Amor; ideal de vida; a vontade de Deus como o verdadeiro caminho para realizar, em todos os estados de vida, a vocação para a santidade; a

presença de Jesus no irmão como luz que ilumina as relações recíprocas; o mandamento novo como síntese da vontade de Jesus expressa no Evangelho e característica dos cristãos, até dar a vida pelos irmãos; a unidade, ou seja, o amor recíproco à maneira do amor trinitário, segundo as palavras de Jesus (Jo17, 21-23); Jesus abandonado ou o amor por Cristo no ápice de seu sofrimento e de seu amor na cruz quando grita a sua entrega ao Pai, chave de compreensão de qualquer sofrimento; Eucaristia como centro da espiritualidade cristã; devoção à Maria como mãe; o Espírito Santo, fruto do amor de Deus (Castellano, 2012).

Para concluir este capítulo, em resumo ao que foi falado, percebemos que ao longo da história da Igreja Católica, em particular nos períodos de maiores tribulações e mudanças, tanto na instituição como na sociedade, surgem movimentos ou formas de vidas eclesiais que renovam a vida da Igreja e transformam o modo de viver a religião, dando à instituição novos rumos e visões, ao mesmo tempo em que renovam a espiritualidade da sociedade de cada tempo.

Fidel Gonzáles Fernández (2000) destaca que um carisma, ao dar vida a um movimento, se faz presente na realidade da Igreja local e universal. Ao fazer um comparativo, ele destaca a existência de traços comuns aos movimentos eclesiais que surgiram ao longo da história, em especial, a capacidade que um novo carisma tem de rejuvenescer carismas mais antigos que se perderam por se afastarem das fontes e ideais originais, fazendo-os voltar à essência inicial e a sua missão. A universalidade dos carismas, que transpõem a realidade local de origem, e a fecundidade eclesial e vocacional desses movimentos, a essência mariana e a essência petrina, ou seja, de submissão e serviço ao Papa, são marcas comuns a todos esses movimentos, desde o monasticismo até os Novos Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades que nasceram no século XX, os quais iremos falar no próximo capítulo.